



FEMININAS E FORMIDÁVEIS: O PÚBLICO E O PRIVADO NA MILITÂNCIA POLÍTICA DA CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA (CAMDE)¹

Janaina Martins Cordeiro

Universidade Federal Fluminense

E-mail: janainacordeiro@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo trata da militância política e do discurso da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), uma associação feminina anticomunista, fundada no Rio de Janeiro em 1962 e que militou por cerca de uma década. Aqui, particularmente, abordarei um aspecto fundamental que organizava as manifestações do grupo, qual seja, a interpenetração entre as esferas pública e privada. O fato de se apresentarem publicamente como mães, esposas e donas-de-casa, apontando para a defesa de um determinado modelo de feminilidade, é importante para se compreender o tipo de ação desenvolvida por estas mulheres. Além disso, importa observar a militância da CAMDE chamando a atenção para a formação de um consenso social em torno da ditadura civil-militar que possibilitou sua sustentação.

Palavras-chave: ditadura; mulheres; consenso.

Introdução

O golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964 marcou o início de 21 anos de ditadura no Brasil. Arquitetado por entidades diversas da sociedade civil e pelas Forças Armadas, que o efetivaram, instaurou o regime *dos militares* no país e entrou para a história como um dos períodos de maior autoritarismo e violência praticados pelo Estado contra a sociedade: o aparelho repressivo poderoso e a eficiência da propaganda teriam sido capazes de calar

¹ “Feminina e formidável” é o subtítulo que inicia a parte dedicada à atuação das mulheres organizadas em grupos femininos da reportagem “A Nação que se salvou a si mesma”, da revista *Seleções*, do *Reader's Digest*, de novembro de 1964, a qual relata a participação da sociedade civil brasileira no golpe de março daquele ano.





e manipular a sociedade. Esta, sempre que podia, manifestava pelos canais que lhe eram possíveis sua repulsa ao regime. O texto introdutório do livro *Direito à memória e à verdade*, lançado em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, por exemplo, é categórico ao afirmar que “ao longo dos 21 anos de regime de exceção, em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição, pelos mais diversos canais e com diferentes níveis de força” (COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007, p. 23).

Assim, recupera-se como memória coletiva a sociedade em posição de resistência ao regime. Considera-se que este, por sua vez, foi implantado por obra dos militares, sem que a sociedade tivesse qualquer participação no rumo dos acontecimentos. De acordo com Daniel Aarão Reis, durante o processo de abertura política prevaleceu como memória coletiva uma interpretação a respeito da ditadura de acordo com a qual a sociedade desde sempre resistiu ao regime. Da mesma forma, a academia tendeu também a privilegiar como objeto os grupos sociais que *resistiram* ao regime, relegando ao silêncio as manifestações de apoio e o consentimento de expressivas parcelas da sociedade. Nesse sentido, Denise Rollemberg chama a atenção para a necessidade de,

Hoje, quando já existe uma vasta bibliografia a respeito da ditadura, parece fundamental que se tornem objetos de estudo os movimentos, as instituições, as manifestações, etc. que respaldaram o regime, desconstruindo uma memória da resistência, não raramente mitificada. (ROLLEMBERG, 2008)

Embora os mecanismos coercitivos sejam parte fundamental para a sustentação de um regime, é difícil compreender como uma *ditadura militar* manteve-se por 21 anos unicamente recorrendo à repressão e à *manipulação*. É preciso buscar os elementos de identificação entre governo e sociedade, compreender os mecanismos pelos quais foi estabelecido um diálogo entre as partes. Faz-se necessário também analisar a cultura política de importantes segmentos sociais comprometidos em alguns ou em diversos momentos com a instauração e a preservação do regime. Assim como entender em que termos se deu a construção de um consenso social que possibilitou à ditadura se manter no poder e mais: é preciso que se compreenda o consenso sob seu aspecto diverso, abrangendo “o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência”. Tais comportamentos “são matizes bem diferenciados [...], mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo” (AARÃO REIS, 2008). Dessa forma, podemos recuperar a complexidade dos comportamentos sociais sob regimes ditatoriais.

Levando em conta, portanto, aspectos como a importância da compreensão do consenso erguido em torno da ditadura civil-militar, bem como a cultura política de

176 Niterói, v. 8, n. 2, 175-201, 1. sem. 2008





determinados segmentos sociais brasileiros, as quais são permeadas por elementos bastante autoritários, este artigo pretende analisar o comportamento coletivo de um grupo social bem delimitado: qual seja, o “apoio ativo” de mulheres da elite e classe média carioca ao golpe e ao regime civil-militar implantado em 1964.

As mulheres de que trata esse trabalho se organizaram em 1962, numa entidade chamada Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), associação caracterizada pela formulação de um discurso eminentemente anticomunista e que se autodefinia como “apartidária” e comprometida com a “defesa da democracia”, sustentada primordialmente pela “luta contra o comunismo e qualquer outro regime de força”.²

A organização da CAMDE não foi um caso isolado. No início da década de 1960, por todo o país, surgiam entidades cívicas femininas que, se apresentando publicamente como *mães, esposas e donas-de-casa*, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista. Seu objetivo era “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático”, uma vez que, naquele momento, as mulheres estavam, “como todos os brasileiros, atônitas com a renúncia de Jânio Quadros, a sucessão e o parlamentarismo com João Goulart [...]”.³

Assim, o primeiro grupo a se articular foi a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF/SP).⁴ Embora as primeiras reuniões do grupo datem ainda de fins de 1961, as mulheres de São Paulo somente se organizaram como entidade cívica em fevereiro de 1962.⁵ No início de 1964, surgiram a Liga da Mulher Democrática (LIMDE) em Belo Horizonte e a Cruzada Democrática Feminina (CDF) no Recife, e nas vésperas do golpe, em 30 de março, foi fundada em Porto Alegre, sob orientação da UCF, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) (SIMÕES, 1985). A CAMDE foi o segundo grupo a se organizar, logo após a UCF, em junho de 1962.

Criada, pois, no contexto de radicalização das posições políticas durante o governo Goulart, a CAMDE militou por cerca de uma década a partir de duas linhas de ação: “uma de esclarecimento do meio feminino” com a organização de cursos

² FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38, Pasta 1. Recorte de jornal. Mulheres vão às ruas lutar pelo regime. *Diário de Notícias*, 22/04/1964, Primeira Seção, p. 9.

³ Discurso proferido por Maria Paula da Silva Caetano, por ocasião da comemoração do 30º aniversário da União Cívica Feminina de São Paulo. Documento mimeografado, sem data, do arquivo particular de Maria Paula da Silva Caetano, p. 2-3.

⁴ Sobre a UCF de São Paulo, cf: SESTINI, Pérola. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. 2008. (Dissertação de Mestrado)-Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁵ Discurso proferido por Maria Paula da Silva Caetano, por ocasião da comemoração do 30º aniversário da União Cívica Feminina de São Paulo. Documento mimeografado, sem data, do arquivo particular de Maria Paula da Silva Caetano, p. 3.





Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)

e palestras, por exemplo; e outra de “movimento da opinião pública”. Essas ações visavam a mobilizar a população para pressionar o governo, organizando protestos, passeatas, enviando cartas e telegramas ao Congresso.⁶

Ao longo dos dez anos nos quais a CAMDE exerceu suas atividades públicas, podemos distinguir pelo menos três contextos diferentes que definiram de modo direto a forma de organização e execução das ações da associação: o primeiro referente à conjuntura do governo João Goulart, compreendendo o intervalo de tempo existente entre o momento de sua fundação, em junho de 1962, e o início do mês de março de 1964. Neste período, tem início a polarização das posições políticas dos atores envolvidos nas lutas pela realização ou não das reformas de base, o que levou à radicalização dos movimentos sociais organizados, especialmente das direitas. O segundo momento refere-se ao contexto relativo à intervenção militar propriamente dita. Neste período, a ação dos grupos femininos e, neste caso específico, da CAMDE, teve papel central nas manifestações de apoio à intervenção militar que então se efetivava, o que podemos perceber pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas pelos grupos femininos em todo o país.

Por fim, no contexto dos diferentes governos militares, observamos também uma militância que possuía o claro sentido de legitimar e consolidar, pelo apoio direto, o regime.⁷ É um momento também no qual aumentam consideravelmente as ações de caráter *filantrópico*.⁸ No entanto, é preciso destacar que, embora estas ações tenham importante papel no que tange ao entendimento da *saída* (PERROT, 1994) das mulheres ao mundo público, sobretudo das mulheres das elites, o caso da CAMDE possui uma peculiaridade com relação a este aspecto. De acordo com as próprias associadas, tanto no contexto anterior como posteriormente ao golpe, as ações de filantropia serviam antes de mais nada como *fachada* para encobrir as ações políticas: “Mas aí nós fazíamos à parte da política que, se viessem falar qualquer coisa, nós estávamos fazendo um trabalho social”.⁹ Nesse sentido, embora fossem importantes e relativamente numerosas, tais ações ocupavam, na própria definição

⁶ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. *Histórico da Campanha da Mulher em Defesa da Democracia*. p. 3. Mimeo.

⁷ Diversas atuações podem ser citadas para ilustrar este tipo de apoio dado pela CAMDE aos governos militares. Entre elas, destacamos: o apoio à indicação de Castelo Branco à Presidência; o apoio declarado aos atos institucionais, principalmente ao 2 e 5; a participação nas campanhas “Ouro para o bem do Brasil”, em parceria com os *Diários Associados* e “Campanha pela estabilização dos preços”, em parceria com a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). Cf. FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE.

⁸ Representativo disto é a fundação de um núcleo da CAMDE na favela da Rocinha, logo após o golpe civil-militar e a realização de atividades de caráter educativo destinadas às mulheres e crianças da comunidade. Cf.: entrevista concedida por uma associada que solicitou anonimato. Rio de Janeiro, 29/08/2006. Além disso, outras medidas foram importantes, sob este aspecto, tais como a criação de um “Banco do Sapato” que distribuía calçados às crianças pobres por um preço simbólico e a criação de um ambulatório em Santo Cristo. Cf. entrevista concedida à autora por três ex-diretoras que solicitaram anonimato, Rio de Janeiro, 12/09/2006.

⁹ Cf. Entrevista concedida à autora por três ex-diretoras que solicitaram anonimato, Rio de Janeiro, 12/09/2006.





Janaina Martins Cordeiro

GENERO

das associadas, um lugar secundário na agenda da CAMDE. Portanto, neste texto, limitarei as análises às manifestações que possuíam um caráter mais efetivamente político, muito embora entenda que também as ações filantrópicas faziam parte de um projeto político de consolidação do movimento de 1964.

Assim, ainda que contextos diferentes definissem o tipo de atividades desenvolvidas, alguns elementos, em torno dos quais o discurso e a militância da CAMDE se estruturavam, permaneceram inalterados ao longo dos anos. São eles: o anticomunismo exacerbado, a defesa do que elas chamavam de uma *democracia fortalecida*¹⁰ e o fato de se apresentarem publicamente como *mães, esposas e donas-de-casa*, preocupadas com o futuro de suas famílias, como meio de legitimar suas atividades públicas. Estes pontos permeiam toda a militância da CAMDE e, de certa forma, constituem a razão de ser desta associação, além de ajudarem a compreender elementos importantes que conformam uma determinada cultura política característica dos segmentos conservadores da sociedade brasileira nos anos 1960 e 1970.

A família com Deus pela Liberdade: retórica anticomunista, defesa da família e papel masculino

A compreensão do sentido da militância da CAMDE passa pelo entendimento da importância de determinados valores na organização do cotidiano dessas mulheres. Assim, não podemos perder de vista o fato de que as lideranças da associação pertenciam, em geral, à elite carioca, freqüentavam a Igreja Católica e não exerciam atividades remuneradas, ou seja, eram em sua maioria donas-de-casa. Ainda quando exerciam atividades remuneradas, estas eram consideradas *tipicamente femininas*, como por exemplo, lecionar em escolas primárias. Este era o caso da própria presidente da associação, Amélia Molina Bastos.¹¹

Nesse sentido, ainda que mudanças conjunturais alterassem a ênfase em um ou outro aspecto, os elementos fundamentais que caracterizavam sua prática política, como a rejeição categórica ao comunismo, a defesa da democracia e a insistência em se definir publicamente como seres privados, se mantiveram inalterados ao longo dos 12 anos em que a CAMDE exerceu atividades políticas.

É importante destacar que, no pensamento desta associação e no de outros grupos anticomunistas, democracia e anticomunismo se fundiam para dar a tônica de um discurso que se caracterizava por defender pressupostos bastante autoritários.

¹⁰ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38, Pasta 1. Recorte de jornal. Manifesto publicado pelo *Diário de Notícias*: "Mulheres vão às ruas lutar pelo regime", 22/04/1964, Primeira Seção, p. 9.

¹¹ Sobre as profissões que seriam tipicamente femininas, Michelle Perrot explica: "Ensinar, tratar, assistir: essa tripla missão constitui a base de 'profissões femininas' que, por muito tempo, terão a marca da vocação e do voluntariado" (PERROT, 1994, p. 508).





Deve-se compreender, sobretudo se levarmos em consideração o contexto mais amplo da Guerra Fria, que a defesa da democracia proclamada pelos setores mais conservadores da sociedade está intimamente relacionada ao expurgo do comunismo. De acordo com Motta, analisando o período que precedeu ao golpe, a retórica que procurava opor democracia e comunismo foi bastante utilizada por grupos anticomunistas em todo o país. No entanto, o emprego da sua idéia de democracia não significava afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo comunista, mas opor a ordem à “ameaça revolucionária” (MOTTA, 2002, p. 40). Em certa medida, pode-se afirmar, aliás, que o argumento anticomunista foi o amálgama capaz de unir em um mesmo discurso elementos como a defesa da democracia e da ordem constitucional e o fato de essas mulheres se apresentarem no espaço público como seres privados, sendo *mães* que precisavam defender seus lares do “perigo vermelho”.

Além disso, é justamente o teor fortemente anticomunista do discurso da CAM-DE em particular que nos permite compreender o sentido eminentemente autoritário e conservador que permeava a militância política deste grupo. Assim, a associação feminina fundamentava suas posturas políticas a partir da oposição binária entre comunismo de um lado e democracia de outro. Para que esta última fosse mantida, e junto com ela instituições como a família e a Igreja, precisava estruturar-se em bases fortes e, desta forma, manter afastada a *ameaça comunista*. Justificava-se, então, pela vontade de preservar as instituições ocidentais então ameaçadas, a deposição do governo reformista de João Goulart, a intervenção militar em 1964 e o caminho traçado para a institucionalização da ditadura a partir de então.

Neste artigo, interessa principalmente um aspecto em particular do discurso da CAMDE, qual seja, o fato de se apresentarem publicamente como *mães*, *esposas* e *donas-de-casa*. Dessa forma, preocupa-nos analisar as especificidades da inserção e militância política deste grupo de mulheres das elites e classes médias cariocas que compunham as fileiras da associação entre 1962 e 1974.

Assim, na medida em que justamente o que autorizava a atuação pública dessas mulheres era sua condição de ser privado, e tal condição era, na verdade, uma *reivindicação* destas mulheres, importa discutir a questão da limitação do papel feminino à esfera privada por essas mulheres como elemento essencial na construção das relações de gênero no Brasil daquele período. E, uma vez que o conceito de gênero é “um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990), observar como as formas a partir das quais estas relações se expressam, por vezes com as mulheres reclamando sua condição de subalternidade, contribui para tornar mais complexa e ampliar a possibilidade de análise dos processos de construção de uma *cidadania feminina* no Brasil.





Janaina Martins Cordeiro

GÊNERO

É preciso, pois, ter em vista que a condição feminina reclamada pelas mulheres da CAMDE evidenciava ainda mais o tom anticomunista de seu discurso: a partir do momento em que se colocavam como *mães, esposas e donas-de-casa*, sentiam-se aptas a se posicionarem em defesa da família, da religião e da Pátria, instituições que estariam ameaçadas pelo que elas consideravam a “infiltração comunista” no governo e no país em geral. Sob este aspecto, o manifesto de lançamento da CAMDE expõe com propriedade as motivações daquelas mulheres que, então, se articulavam politicamente:

[...] A mulher paulista já se pronunciou, num verdadeiro brado de alerta, e nós temos a honra de tornar pública a nossa adesão à sua causa que é também a nossa e de toda mãe brasileira. Não podemos esquecer os trágicos acontecimentos de 1935 quando, na calada da noite, perderam a vida os brasileiros que não se curvaram aos comunistas [...] e é para evitar outra madrugada de sangue e luto que se torna necessário que a mulher brasileira forme um bloco unido, que defenda seus lares e filhos.¹²

O argumento de uma suposta *ameaça comunista* torna-se central para explicar a organização destas mulheres. O comunismo é considerado pelo discurso conservador como um regime “estranho” às instituições, às tradições e ao modo de vida ocidental e, nesse sentido, pode ser responsável pela destruição dessas matrizes, daí a referência, logo no manifesto de lançamento da CAMDE, ao levante comunista de 1935, evento que ocupa lugar importante no imaginário anticomunista (MOTTA, 2002).

Partindo, então, do suposto de que a família é considerada uma destas instituições-base do Ocidente, o comunismo, uma vez instalado no país, seria responsável por seu aniquilamento. Urgia, portanto, que as mulheres se organizassem em benefício da defesa de seus lares. E como este tipo de mobilização política tinha como objetivo final a preservação da ordem e dos tradicionais papéis reservados ao homem e à mulher numa estrutura de sociedade patriarcal, as *esposas* da CAMDE tiveram importante apoio dos maridos, o qual era fundamental tendo em vista que essas mulheres reconheciam, antes de tudo, o lugar ocupado por elas na família e na sociedade.

Nesse sentido, não seria possível para as associadas da CAMDE *saírem* do espaço privado sem o aval dos maridos. Estes, por sua vez, entendendo que aquele era um momento de exceção, “*compreenderam e deixaram*”¹³ que suas esposas se afastassem temporariamente dos afazeres domésticos e se engajassem na defesa da família, da Pátria e da religião.

¹² “A mulher brasileira está nas trincheiras”. *O Globo*, 12/07/1962, p. 2.

¹³ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Recorte de jornal. *El tiempo*. “Las amas de casa brasileras transforman ahora el país”. Bogotá, 02/08/1964.





Portanto, levando-se em consideração as particularidades do modelo de cidadania e participação política praticado pela CAMDE, o qual deveria abranger aspectos de uma luta política sem, contudo, romper com o tradicional lugar reservado à mulher, a permissão do marido para que essas mulheres agissem politicamente era fundamental. Ora cerceando algumas atitudes, ora dando apoio irrestrito, os maridos eram peças-chave, visto que as mulheres agiam em nome da preservação de um modelo de família patriarcal. Em seu livro de memórias, Eudoxia Ribeiro Dantas, ex-diretora e ex-presidente da CAMDE, conta-nos sobre o discurso que faria em frente à residência do marechal Castelo Branco pedindo a sua indicação para a presidência da República, ficando patente o apoio do marido, José Bento Ribeiro Dantas, nesta ocasião:

Escrevi um discurso sincero, confessando-nos mulheres brasileiras no nosso completo alheamento da política e ignorante do perigo que rondava nossos lares, nossos filhos [...]. Receoso da minha inexperiência, Bento pedira a um dos secretários do Centro Industrial que fizesse um discurso para me socorrer. Porém lendo o meu, apesar de escrito cercada pela minha neta Maria Isabel de três anos, considerou-o perfeito pela singeleza e sinceridade. Era o grito de um coração de mãe brasileira. (DANTAS, 1998, p. 90)

Este trecho possui elementos importantes para compreendermos qual era o papel político desempenhado pelas mães da CAMDE naquela conjuntura, bem como qual era a importância que os homens possuíam na associação. Primeiramente, o marido age quase como um *tutor* da esposa, sentindo-se responsável por suas atividades e, sobretudo, cômico de que seu lugar não era a política, mas sim o lar. Dessa forma, via-se obrigado a auxiliá-la quando esta se envolvia em assuntos que não correspondiam à sua esfera de atuação.

Mais que isso, não se pode desconsiderar o tom de *gratidão* pela preocupação do marido contido nas palavras de Eudoxia. Gratidão esta que demonstra o reconhecimento de que o espaço público do fazer político não lhe é próprio, visto que ela mesma se define e também às demais *mães brasileiras* como “ignorantes e alheias aos assuntos políticos” do país. Particularmente, no caso de José Bento Ribeiro Dantas, ele teve ainda um papel importante na promoção e viabilização das atividades desenvolvidas pela CAMDE: diretor da empresa de aviação Cruzeiro do Sul e presidente por duas vezes do Centro Industrial do Rio de Janeiro, ele foi patrocinador de algumas das viagens feitas por senhoras da CAMDE pelo Brasil e por outros países.

Outra imagem interessante é a de que Eudoxia escreve seu discurso cercada pela neta, o que mais uma vez não somente dá a medida da interseção entre público e privado na militância da CAMDE, mas indica, de certa forma, a preponderância do privado.

Ainda sobre a função dos maridos, nem sempre estes tiveram o papel de incentivador. Embora reconhecessem a importância da ação feminina naquela conjuntura,





Janaina Martins Cordeiro

GÊNERO

algumas *extravagâncias* foram impedidas pelos maridos. Este foi o caso da viagem à Tailândia, quando a CAMDE foi convidada a participar da Segunda Conferência da Liga Anticomunista Internacional. Uma das diretoras escaladas para acompanhar a presidente foi substituída na última hora porque seu marido não permitiu que ela viajasse.¹⁴

Na entrevista que me concederam, este fato era tratado pelas diretoras da CAMDE com absoluta naturalidade, o que mais uma vez indica o reconhecimento da situação de subalternidade das mulheres com relação aos maridos. É provável ainda que tal situação já estivesse de tal forma internalizada que nem soasse como *subalternidade*, mas apenas como a admissão ou aceitação de que aquela era a ordem *natural* das coisas. Para o *patriarca*, era aceitável a idéia de que as mulheres se ausentassem temporária e parcialmente dos lares em prol de uma militância política em favor de uma “revolução” conservadora dos valores e instituições que lhes eram tão caros. Todavia, uma ausência maior representada por uma viagem tão longa já não era aceitável. Àquela mulher, cabia, pois, acatar a ordem do marido e não viajar.

Para além da atuação dos maridos e do seu consentimento, que possuíam importância central para o cotidiano das ações da CAMDE, de um modo geral, desde a fundação da entidade, os homens tiveram papel significativo na organização das atividades desenvolvidas e mesmo no patrocínio e mobilização das mulheres. Na reunião em que nasceu a idéia de constituir a CAMDE, na casa de Amélia Molina Bastos, estavam presentes o padre da paróquia de Ipanema, o economista Glycon de Paiva e o general Antonio de Mendonça Molina. Este último, quando faleceu, foi homenageado pela CAMDE como sendo *fundador, idealizador e mobilizador* da ação das mulheres em 1964.¹⁵

Muitos dos maridos das associadas da CAMDE eram empresários e/ou militares ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES): além de José Bento Ribeiro Dantas, sócio-fundador do IPES e marido de Eudoxia Ribeiro Dantas, também pudemos identificar Jorge Bhering de Mattos, provavelmente marido de Vera Maria Falcão Bhering de Mattos, militante da CAMDE.¹⁶ Em seu livro de memórias, ao relatar sobre a organização interna da CAMDE, Eudoxia Dantas afirmava que “Vera Mattos e Ester Proença Lago faziam contatos e traziam notícias do meio social e empresarial”, o que, para além da coincidência dos sobrenomes, leva a concluir que o contato que Vera Bhering de Mattos possuía com o “meio empresarial” era articulado pelo ma-

¹⁴ Entrevista concedida à autora por uma associada que solicitou anonimato, Rio de Janeiro, 12/09/2006.

¹⁵ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 46. Pasta 1. “Discurso da Sra. Cordélia de Sá Lessa, vice-presidente da CAMDE, na inauguração do retrato do General Molina” – Anexo do relatório de agosto de 1966.

¹⁶ Cf. FUNDO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código QL. Caixa 25, Pacote 2. “Lista de Sócios Fundadores”. *Estatutos do IPES/GB*, p. 20; DANTAS, Eudoxia Ribeiro. *Voltando no tempo*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. p. 82.





rido, Jorge Bhering de Mattos. Por outro lado, havia muitos outros homens ligados ao mesmo tempo ao IPES e à CAMDE: o próprio general Molina e também Glycon de Paiva, articuladores da primeira reunião das mulheres, eram dois importantes membros deste instituto.¹⁷ Também a Cruzeiro do Sul, empresa de viação aérea da qual José Bento Ribeiro Dantas era diretor, foi uma das principais contribuintes do IPES (ASSIS, 2001, p. 69-71).

Criado em 1961, o IPES era composto por empresários, tecnoempresários e militares ligados à *burguesia multinacional e associada* (DREIFUSS, 1981) e atuava “publicando livretos e folhetos, patrocinando palestras, financiando viagens de estudantes aos Estados Unidos e ajudando a sustentar associações democráticas estudantis e operárias”.¹⁸ Na definição do IPES, a CAMDE seria uma dessas “associações democráticas” que, embora não fosse nem estudantil nem operária, o instituto ajudava a sustentar.

Portanto, em virtude das estreitas ligações, não apenas financeiras, mas também de parentesco existentes entre membros da CAMDE e de outros grupos femininos com membros do IPES, importantes trabalhos acadêmicos tenderam a considerar os primeiros como “braços femininos” deste último (Cf. DREIFUSS, 1981; SIMÕES, 1985; STARLING, 1986). Solange de Deus Simões, por exemplo, questiona-se a respeito do significado da presença de “conspiradores civis e militares, masculinos, na fundação dos grupos femininos” e, mais que isso, sugere a reflexão em torno da possibilidade de as mulheres terem se organizado de forma autônoma ou se haviam sido *instrumentalizadas* por “outras organizações políticas”. Em seguida, chama a atenção para o fato de que os homens que colaboraram com a criação dos grupos femininos eram em geral conspiradores ligados ao IPES (SIMÕES, 1983, p. 35-6).

Nesse sentido, estes trabalhos enfatizavam a importância do papel do IPES não somente na articulação, mobilização e financiamento dos grupos femininos, mas também de outros grupos. Estes eram considerados instrumentos da *ação de classe da burguesia multinacional associada*.

De acordo com René Dreifuss, por exemplo, em seu trabalho pioneiro sobre a participação da sociedade civil no golpe de 1964,

A elite orgânica se empenhava na fusão dos militantes grupos antigovernistas que se encontra-

¹⁷ Cf. FUNDO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código QL, Caixa 25, Pacote 2. “Lista de Sócios Fundadores”, p. 21 e “D. Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE”. Entrevista concedida a Stella M. Senra Pollanah. In: LIVRO de cabeceira da mulher. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Ano I, v. 5.

¹⁸ FUNDO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código QL, Caixa 21. “Apostila – Quando homens de empresas viraram revolucionários, 1964”. *Fortune*, set. 1964. Mimeco.





Janaina Martins Cordeiro

GÊNERO

vam dispersos. Ela instituiu organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários e desencorajou a mobilização dos camponeses. Estabeleceu ainda uma bem organizada presença política no Congresso e coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista. A elite orgânica também estabeleceu o que pode ser considerado como o efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país. (DREIFUSS, 1981, p. 164)

De acordo com essa interpretação, o IPES teria tido a capacidade de congregiar sob sua organização diferentes segmentos sociais que se caracterizariam pela insatisfação com o governo “nacional-reformista” de Goulart. Assim, a “elite orgânica” reunida no IPES “modelaria as forças sociais burguesas em uma classe” com vistas a alcançar o poder do Estado (DREIFUSS, 1981, p. 162). Para além da inquestionável contribuição acadêmica destes trabalhos, o de Dreifuss em particular, os quais trataram pela primeira vez da importância da ação de grupos civis organizados da sociedade nos acontecimentos de 1964, eles tenderam a superestimar a capacidade que associações como o IPES teriam de conduzir os processos históricos, deixando entender que a classe média recebia passivamente as mensagens do instituto (FICO, 2004, p. 37).

Mais que isso, em certa medida, essas interpretações não acabaram, elas mesmas, por assumir o próprio discurso ipesiano ao incorporar a capacidade do Instituto de mobilizar e mesmo *formar* uma opinião pública? Ou, nos termos de Dreifuss, de destacar o êxito da *elite orgânica* em lançar uma campanha

político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas (DREIFUSS, 1981, p. 229).

De forma similar, mesmo o folheto editado pelo Instituto e intitulado “O que é o IPÊS”, por exemplo, era categórico ao afirmar que

a finalidade do IPÊS é o estudo de soluções democráticas para os problemas colocados pelo desenvolvimento nacional, e a *formação legítima de uma opinião pública, esclarecida e participante*, visando ao fortalecimento do regime e ao progresso econômico e social.¹⁹ (Grifos nossos).

Nesse sentido, assim como transparece no discurso dos empresários, esta historiografia acabou reforçando a habilidade que o IPES teria em conduzir os processos históricos (FICO, 2004, p. 37), em “organizar grupos de pressão”, com vistas a conseguir que “seus interesses tivessem expressão a nível de governo” (DREIFUSS, 1981, p. 104). Assim, incorpora-se o discurso das classes empresariais e deixa-se de

¹⁹ FUNDO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código QL. Caixa 13, pacote 3. “O que é o IPÊS”.





Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)

considerar o peso que determinados valores e instituições – como por exemplo, o medo de que o comunismo destruísse a família e a religião – possuíam para o imaginário político brasileiro e aqui, vale lembrar, presente não exclusivamente entre as elites. Sob este ponto de vista, as inúmeras associações civis que mantinham ligações com o IPES nada mais seriam que parte de uma estratégia de *formação de opinião pública*, com vistas a alcançar o poder do Estado.

Esta é exatamente a visão que os empresários ipesianos possuíam do papel da associação. Emana da documentação produzida pela *elite orgânica* reunida no IPES uma necessidade latente de “formar lideranças” que pudessem mobilizar a *opinião pública* para sua causa. Na mesma proporção, as entidades que participavam dos cursos de formação de liderança do IPES tomavam para si também a tarefa de *mobilizar a opinião pública*.

No caso particular das mulheres, há que se destacar que, provavelmente por se identificarem e se organizarem como *mães*, o público que consideravam importante mobilizar e *conscientizar* era formado por jovens estudantes de classe média. De toda forma, a primeira manifestação organizada pela CAMDE, logo após sua fundação em 1962, ou seja, o protesto levado ao jornal *O Globo* contra a nomeação de San Tiago Dantas para o cargo de primeiro-ministro, foi lembrado pela reportagem “A nação que se salvou a si mesma” da seguinte forma: “o protesto não sustou a nomeação, mas estabeleceu o poder das mulheres para influenciar a opinião pública”.²⁰

É preciso considerar, pois, que este ponto de vista de acordo com o qual a burguesia reunida no IPES deveria mobilizar grupos de pressão para que estes *formassem* uma opinião pública favorável à sua causa era o lugar comum de onde partiam os próprios ipesianos com o objetivo de *conquistar o Estado*. Tomar para si a tarefa de *manipular a opinião pública* a seu favor era, sob este aspecto, parte da estratégia organizada pelos próprios empresários reunidos no IPES.

Não obstante, é necessário que se compreenda a adesão de expressivos segmentos organizados da sociedade à causa do IPES partindo de um ponto de vista que não seja o dos próprios ipesianos. É preciso entender a participação social na mobilização que levou ao golpe de 1964 e ao consenso em torno do regime instaurado em seguida, a partir de um viés que não seja somente o da *manipulação* de uns por outros. Há que se analisar a adesão social ao regime tendo em vista a complexidade dos comportamentos coletivos, tendo em vista também, além da lógica material – importante para se compreender a mobilização das elites em torno do golpe –, a lógica simbólica que envolvia e organizava os valores que regiam o cotidiano dessas pessoas.

²⁰ “A Nação que se salvou a si mesma”. Editora da Biblioteca do Exército, 1978. p. 19.





Janaina Martins Cordeiro

GÊNERO

Particularmente, com relação à organização dos grupos femininos, principalmente no caso da CAMDE, outra questão levantada pela interpretação proposta por estes trabalhos era que a própria maneira pela qual as mulheres se lançavam publicamente, ou seja, como *mães, esposas e donas-de-casa*, levava à conclusão de que elas não agiam como cidadãs, na medida mesmo em que “privatizavam” os espaços públicos da política. As mulheres teriam sido então *manipuladas* – ou *instrumentalizadas* – pelos maridos, pais, irmãos, padres, enfim, pelos homens, a agirem politicamente. As ligações político-financeiras de fato mantidas no caso específico da CAMDE entre as militantes e o IPES seção Guanabara (IPES/GB) colaboraram para reforçar a idéia de cooptação de uns por outros. Em março de 1967, por exemplo, às vésperas do I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia, a CAMDE encaminhava ao IPES um pedido de doação de livros:

Foi lido em seguida pelo superintendente o ofício da CAMDE no qual aquela entidade solicitava o fornecimento de livros para o Congresso que será realizado no Hotel Glória em abril; discutido o assunto, ficou decidido que o Ipês enviaria toda a documentação disponível e que fosse solicitada ao general Xavier que pelo Centro de Biblioteconomia fosse tentada a obtenção de livros para o Congresso.²¹

Em outro momento, podemos observar o apoio logístico dado pelo IPES ao curso de formação de liderança que seria oferecido pela CAMDE: “Ainda com a palavra [o general Montagna], informou, com referência ao curso de formação de liderança pleiteado pela CAMDE, que a ESSO prontificou-se a ministrá-lo, dependendo, ainda, de melhor entendimento para esquematização final.”²²

Como pudemos perceber, existiam de fato ligações relativamente estreitas entre a CAMDE e o IPES. No entanto, admitir estas relações não significa supor que as mulheres passaram a agir no espaço público porque manipuladas pelos homens. Estes, sim, eram capazes de se organizarem politicamente, diferentemente das mulheres, cuja organização dependeria da *instrumentalização* por parte dos maridos ou padres. Em última instância, esse tipo de leitura – assumido por alguns autores – corrobora, mais uma vez, a visão de segmentos conservadores da sociedade, dessa vez com relação aos papéis que deveriam ser desempenhados por homens e mulheres. Assim, ao afirmar que as mulheres se organizaram politicamente porque manipuladas pelos homens, essa interpretação confirma que o lugar dos homens é na esfera pública e às mulheres destina-se o mundo privado.

Não se pode apenas constatar o que já está presente no discurso das mulheres, ou seja, o fato de elas se apresentarem como *mães* e de que esta afirmação confirmava

²¹ FUNDO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código QL. Caixa 13, Pacote 1. “Ata da reunião da diretoria realizada em 23 de março de mil novecentos e sessenta e sete”. In: Livro de registros das Atas das Sessões da diretoria do IPES/GB, p. 11-2.

²² FUNDO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Arquivo Nacional/CODES. Documentos privados. Código QL. Caixa 64.





Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)

o conservadorismo de suas posições. É necessário que se entenda esse argumento – de elas se definirem publicamente como seres privados – como um elemento substantivo na construção das relações de gênero no país naquele momento. Mais que isso, é essencial compreender essa postura como um fator crucial na mobilização dessas mulheres, na medida em que representava muitas de suas demandas políticas, bem como os valores nos quais elas acreditavam.

As leituras que defendem que as mulheres não agiam como cidadãs, na medida em que suas demandas tinham origem no mundo doméstico, definem, pois, uma separação radical entre as esferas pública e privada, o que, particularmente, para pensar o Brasil, onde o regime patriarcal²³ possui profundas raízes históricas, prejudica o entendimento dos complexos processos de constituição de modelos de cidadania.

Para o caso do estudo da ação de grupos femininos conservadores nos anos 1960, não é possível considerar uma rígida separação entre mundo público e privado se quisermos compreender de forma mais complexa sua atuação. Antes, é preciso analisá-la no ponto de interseção entre as duas esferas, apontando para o peso do discurso feminino conservador na constituição das relações de gênero no Brasil e ao mesmo tempo entender a participação política destas mulheres como uma opção consciente de militância conservadora em defesa de valores e instituições a partir das quais suas vidas eram organizadas.

Desse modo, o reconhecimento por parte das mulheres da importância dos homens na articulação, mobilização e idealização da sua militância não implica manipulação política de uns por outros. Aqui, o conceito de gênero, na medida em que se estrutura a partir da construção cultural e social do masculino e do feminino e das relações de poder entre homens e mulheres (THÉBAUD, 2004, p. 67), pode ajudar a pensar a internalização e militância política em favor dessa condição submissa da mulher por parte de uma organização como a CAMDE.

Nesse sentido, é mais interessante pensar a militância política dos grupos femininos e particularmente da CAMDE como resultado da crença desses segmentos políticos em determinados valores e instituições, como a família, a religião e a Pátria que estariam ameaçados pelo “*perigo comunista*”. E mais que isso, a defesa da família

²³ Há que se destacar que, para este trabalho, as referências ao “modelo patriarcal” de organização familiar são úteis para se compreender a maneira pela qual mulheres de uma entidade conservadora se colocavam publicamente como seres privados e submissos à vontade do marido. No entanto, não deixamos de levar em consideração os problemas que o uso da categoria “patriarcado” trouxe para os estudos que se dedicavam particularmente à compreensão da história das mulheres. Nesse sentido, a categoria “gênero” passou a ser “oferecida como categoria de análise alternativa ao patriarcado” na medida em que possibilitava compreender “realidades empíricas diversas”, operacionalizando relações de poder. Cf. PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Santa Catarina: Mulheres, 2004. p. 51.





Janaina Martins Cordeiro

GENERO

e da preservação do papel de mãe que cabia às mulheres, feita por esses grupos, é resultado de uma construção cultural dos papéis de gênero que define a mulher, prioritariamente, como mãe.

Não seriam, portanto, decorrência da arregimentação de uma instituição exterior, que certamente – como demonstram estes trabalhos – mantinha estreitas ligações com os grupos femininos. Todavia, tais ligações teriam muito mais um sentido de trocas de experiência e compartilhamento de ideais do que propriamente de manipulação. Até mesmo, de ajuda financeira, sem que esta significasse *manipulação* política.

Assim, podemos caracterizar a militância desta associação como sendo uma atuação consciente, fruto da realização de escolhas específicas em favor de determinadas demandas políticas. Ao se apresentarem publicamente como *mães* e não diretamente como cidadãs, estas mulheres afirmavam, na verdade, as peculiaridades da sua ação cidadã, motivada que era por demandas *privadas*. Portanto, não negavam sua cidadania, apenas a afirmavam segundo seus próprios termos, reivindicando uma atuação pública permeada por demandas e características da esfera doméstica.

É importante observar – visto que um dos objetivos deste trabalho é discutir a participação e o consentimento da sociedade civil com relação ao golpe e ao regime de 1964 – que a atuação pública de mulheres conservadoras nos anos 1960 e 1970 ficou por muito tempo relegada ao *esquecimento*, tanto no plano da memória como no plano da historiografia. Particularmente, no caso da militância das mulheres durante este período, é significativo o número de trabalhos que chamam a atenção para a entrada da mulher na política pela esquerda. No entanto, a militância feminina pela direita, quando é mencionada, o é como um ato de manipulação, quer seja pelos maridos e pais, ou pelos padres, como podemos observar, por exemplo, na conclusão de Solange de Deus Simões no capítulo em que trata das ligações de parentesco entre as entidades femininas e os membros do IPES:

Aquelas mulheres, em sua quase totalidade donas-de-casa sem maiores conhecimentos ou preparação política, receberam de seus conselheiros masculinos, empresários e militares ligados ao IPES, uma orientação ideológica e política que as “convenceu” da necessidade de atuar junto aos conspiradores civis e militares [...]. (SIMÕES, 1983, p. 65)

Para além da importância de discutir os motivos do silêncio não somente em torno da militância das mulheres a favor da ditadura, mas de modo geral, em torno da grande maioria dos grupos e cidadãos que apoiaram o regime instaurado a partir de 1964, cabe destacar que, neste caso, a lógica da manipulação/coerção não dá conta de explicar a adesão destas mulheres ao regime. Conquanto seja importante explicitar as ligações de fato existentes entre os membros da CAMDE e os do IPES, a adesão das mulheres ao regime não se reduz à “ação de classe da burguesia multinacional e associada” reunida no IPES.

Niterói, v. 8, n. 2, p. 175-201, sem. 2008 **189**





Importantes elementos da cultura política compartilhada por esses segmentos sociais têm de ser levados em consideração se quisermos compreender o consentimento e a atuação das mulheres com relação à ditadura civil-militar. É preciso, pois, que se entenda a militância de direita como uma *opção* que se apresentava não somente às mulheres reunidas em entidades cívicas, mas também a expressivos segmentos sociais. Isso porque tal opção era capaz de mobilizar valores importantes que compunham o universo simbólico de parcelas significativas da sociedade, das quais as militantes da CAMDE podem ser consideradas representantes.

Assim, já mencionamos, por exemplo, a importância e a força do imaginário anticomunista enquanto catalisador das ações dos setores conservadores da sociedade. No caso específico da militância das entidades cívicas femininas, o apelo anticomunista atingia diretamente na medida em que relacionava o avanço do comunismo à destruição da família e da religião, instituições estas responsáveis pela ordenação do modo de vida destas mulheres.

Portanto, para as mulheres organizadas em *grupos de pressão*, o que estava em jogo naquele momento era o modelo de vida e os papéis desempenhados por elas e para os quais foram educadas. Certamente, como já observamos, o papel dos maridos possuía importância fundante, pois, de acordo com os valores e os princípios defendidos por estes grupos, a organização feminina somente seria possível tendo em vista o consentimento do patriarca. Todavia, o que é importante destacar é que tal organização não se efetivaria se estas mulheres não acreditassem nos valores e nas instituições pelas quais trabalharam.

O modelo de feminilidade reafirmado e a noção de crise moral

Não obstante, um ponto que merece ser destacado é o fato de que as próprias mulheres da CAMDE insistiam em definir esta associação como *apolítica*, o que reforça a idéia de *ignorância* da mulher com relação a assuntos políticos, como enfatizaria Eudoxia Ribeiro Dantas anos mais tarde em suas memórias. Neste sentido, é bastante significativa a entrevista publicada pelo jornal *El Tiempo*, de Bogotá, com duas então diretoras da CAMDE. De acordo com o jornal:

Sin embargo, la creación de la Camde (organización que agrupa las mujeres revolucionarias) no se debió a lo conocimiento de las abogadas, ni a la experiencia de las profesionales; tampoco tuvieron parte en ello las jóvenes universitarias. Porque resulta que en el Brasil, hasta el momento, lo más importante para la mujer es su vida de hogar la familia [...], después viene todo lo demás. Y cuando hay algo que atente contra esa unidad familiar, entonces son capaces de todo, inclusive de tumbar a un presidente. Y así lo hicieron el primero de abril de este año.²⁴

²⁴ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Recorte de jornal. *El tiempo*. "Las amas de casa brasileiras transforman ahora el país". Bogotá, 02/08/1964.





Janaina Martins Cordeiro

GÊNERO

Mais adiante, Mavy Aché Assunção Harmon, uma das diretoras entrevistadas, declarava a respeito das características da CAMDE que, “en primer lugar, es total y completamente apolítica”. Interessante observar que, embora a reportagem atribua às mulheres a capacidade de ter derrubado o presidente, as diretoras da associação são categóricas ao afirmarem que fazem parte de uma entidade “apolítica”, visto que seus argumentos para se oporem ao presidente até levar a um golpe contra ele resultam de demandas vindas estritamente da esfera particular. Essa aparente distinção entre público e privado, feita pela própria associação ao negar que agia politicamente, possui um sentido quase sacralizador da ação feminina no contexto do golpe e da consolidação dos governos militares. Isso porque, ao se colocarem em defesa da família e da religião, as mulheres reforçavam o discurso ideológico militar, repleto de referências a uma suposta *crise de valores morais* pela qual passava o país e a necessidade de uma *limpeza das instituições*. Mesmo a defesa da democracia proclamada pelas mulheres – mas não só por elas, visto que os militares também falavam em defesa da democracia em termos bem similares – partia do entendimento de que esta seria mais um valor moral que um regime político. É o que podemos perceber, por exemplo, no discurso de Amélia Molina Bastos, na abertura do I Congresso da Mulher em Defesa da Democracia:

A Democracia tem o dever de educar a massa para a autonomia [...] O homem, como membro de uma comunidade, precisa receber uma orientação tal que o torne um cidadão capacitado a cooperar em benefício próprio e da comunidade a que pertence. Cada indivíduo tem a *obrigação moral* de evoluir e contribuir para o progresso de seus semelhantes.²⁵ (Grifos nossos)

Portanto, transcendendo os interesses *mundanos* da política, as mulheres iam a público para defender *valores*, mais que instituições, supostamente ameaçados. É o que podemos perceber, igualmente, no discurso de Maria Helena da Gama Câmara, segunda vice-presidente da CAMDE, também na abertura dos trabalhos do mesmo Congresso. A palestrante afirmava que “a preservação dos valores morais que garantem a integridade da família e do lar é que levou a mulher a fundar entidades cívicas [...]”.²⁶ Aqui, temos bem a medida não somente das motivações dessas mulheres, como também do sentido em que se dava a defesa que faziam do regime democrático e a condenação do comunismo.

Além disso, o trecho da reportagem do jornal colombiano citado anteriormente demonstra bem quem eram e qual o papel ocupado por essas mulheres na sociedade. Como podemos notar, o jornal enfatizava a liderança de donas-de-casa em detrimento das profissionais à frente do movimento feminino às vésperas do golpe civil-militar, as quais *eram capazes de tudo* quando percebiam que a família, como instituição,

²⁵ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 46. Pasta 1. Anexo VI.

²⁶ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 46. Pasta 1. Anexo do Relatório de Março/Abril/Maio de 1967.





era ameaçada. Este ponto, ou seja, esclarecer que tipo de mulher se engajou no movimento civil-militar de 1964, é crucial, visto que indica não somente o caráter da “Revolução”, como também aponta qual seria o modelo de feminilidade proposto e defendido pelos segmentos sociais que apoiaram o golpe.

Assim, celebram-se as *mães/donas-de-casa* e rejeita-se como modelo a mulher que trabalha fora, já que esta postura poderia implicar a negação dos papéis de mãe e esposa. E tendo em vista o caráter conservador do movimento civil-militar de 1964, as *heroínas* desta “revolução” só poderiam mesmo ser as mães, esposas e donas-de-casa que lutavam pela preservação da família e dos lares, chegando, para isso, ao extremo de *derrubar um presidente*. Não tomam parte neste processo as profissionais e as universitárias. Neste caso, as mulheres que *sairam* do lugar *verdadeiro* de atuação feminina, indo exercer atividades fora do espaço privado, são, de alguma forma, desqualificadas justamente porque, ao *sair*, as mulheres negavam o modelo de família patriarcal e o papel de mães que ocupavam.

Michelle Perrot, em texto publicado na coletânea *História das mulheres no Ocidente*, trata das inúmeras formas pelas quais, no século XIX, algumas mulheres romperam com o lugar reservado a elas e “souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar sua influência até às portas do poder”, bem como dos embates gerados a partir desta saída (PERROT, 1994, p. 503). Interessante é notar que, um século depois do período observado por Perrot, como é o caso do Brasil dos anos 1960, a *saída* das mulheres para o espaço público é ainda tratada como problema para alguns segmentos sociais, sendo apenas permitida se ela possui sentido conservador. E, se levarmos em consideração que movimentos como os das mulheres da CAMDE se desenvolveram paralelamente a uma segunda onda do movimento feminista (PEDRO, 2005, p.79), é importante perceber como determinados valores, caros a um modelo patriarcal de organização social, são internalizados pelas mulheres destes grupos e *reafirmados* diante da *nova onda feminista*.

No caso particular do Brasil, as questões levantadas por essa segunda onda do movimento feminista – quais sejam, as que diziam respeito ao direito ao corpo, ao prazer e contra a condição de subalternidade no modelo de família patriarcal – foram se firmando no decorrer da década de 1970, paralelamente às problemáticas mais específicas relativas ao quadro político brasileiro, que naquele momento envolvia a luta contra a ditadura. Nesse sentido, o movimento feminista brasileiro precisou articular “a especificidade da luta feminista com a luta mais geral da sociedade brasileira, incluindo a resistência ao regime civil-militar” (BASTOS, 2007, p. 94).

Assim, se essa segunda *vaga feminista* assumia como palavra de ordem “o *privado é político*”, num sentido inverso, as mulheres da CAMDE privatizavam o político e viam com desprezo a militância de mulheres pela esquerda. De certa





Janaina Martins Cordeiro

GENERO

forma, a militância em favor de uma revolução comunista significaria a negação da própria condição feminina, ou pelo menos, a negação de um determinado modelo de feminilidade. Este, por sua vez, estava ligado à vocação da mulher para o lar e para a maternidade, fundamentos que seriam destruídos pelo comunismo. Portanto, diante das preocupações e das questões sugeridas pelos movimentos feministas, a CAMDE, em sentido oposto, continuava afirmando a vocação feminina para o lar. Em entrevista concedida para o *Livro de cabeceira da mulher*, em 1967, Amélia Molina Bastos, afirmava:

O primeiro dever da mulher é em relação à sua família. Mas não deve se restringir só a isso. Eu acho que ela deve ser, mesmo que trabalhe, deve se organizar de tal maneira que exerça sua profissão, seu *dever de mãe* e também tenha deveres para com a comunidade. [...] Se a mulher tem dentro de si uma *vocação* extraordinária, como cientista ou artista, ela tem de realizar. Mas de qualquer maneira a mulher não pode esquecer que é mãe.²⁷ (Grifos nossos)

Interessante perceber nas palavras da presidente da CAMDE, para a qual ser mãe era o *dever* de qualquer mulher, que a profissão, tão-somente uma *vocação*, apenas merecia ser desenvolvida em caso *extraordinário* e, ainda assim, tal *vocação* não poderia impedi-la de ser mãe, sua principal função na família e na sociedade. É importante destacar que essa insistência das militantes da CAMDE em enfatizar tal *vocação* da mulher para o lar e para a maternidade está relacionada indissolúvelmente a uma questão cultural de longa duração – por assim dizer –, ligada que está à construção dos papéis sexuais na sociedade.

Não obstante, para além disso, temos de atentar para uma questão específica daquele contexto, crucial para compreendermos a *saída* destas mulheres ao espaço público, mesmo que elas entendessem que este não deveria ser o principal lugar de sua atuação. Trata-se da noção de *crise moral*, vivida não apenas pelo Brasil, mas pelas nações ocidentais em geral, presente tanto no discurso militar como no dos grupos conservadores da sociedade civil. Esta crise era decorrente ao mesmo tempo do processo de modernização acelerada e da “ameaça comunista” que, então, rondava o Ocidente, em suma, tratava-se de uma crise do mundo capitalista.

A idéia de uma crise dos valores morais é fundamental, portanto, para compreendermos a articulação feminina conservadora na década de 1960. Visto que um dos indicadores da crise era a possibilidade da dissolução da família e da religião, as mulheres deveriam trabalhar no sentido de evitá-la. Assim, urgia que se reafirmasse determinado modelo de feminilidade. E há um esforço nesse sentido, ou seja, em transformar as mulheres da CAMDE em modelo a ser seguido pelas demais mães brasileiras.

²⁷ “D. Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE”. Entrevista concedida a Stella M. Senra Pollanah. In: *Livro de Cabeceira da Mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Ano I, volume 5, p. 171-2.





Assim, o jornal *O Globo*, que já realizava, desde 1954, a eleição da “Mãe do Ano”, escolheu Amélia Molina Bastos como a homenageada significativamente em 1964.²⁸ Em virtude disto, tanto *O Globo* quanto a CAMDE mereceram, por parte da Câmara Municipal de São Paulo, a “inserção em ata de votos de louvor e congratulações [...] pela justa escolha da Sra. Amélia Molina Bastos para ‘Mãe do Ano’”. Os vereadores paulistas justificavam a homenagem afirmando que:

O Globo, desde 1954, tem realçado o sentido profundo do “Dia das Mães”, escolhendo uma senhora que represente a “Mãe do Ano”. Este ano a escolha recaiu em Dona Amélia Bastos, mãe e avó, que, depois de realizar sua missão no lar, dedicou-se de corpo e alma à Campanha da Mulher pela Democracia, da qual é presidente e que tantos serviços presta ao País.²⁹

Além da homenagem do jornal *O Globo*, a menção honrosa na Câmara Municipal de São Paulo confirmava a importância atribuída ao papel da mulher nos acontecimentos de 1964, mas, principalmente, reafirmava *aquelas* mulheres que militavam na CAMDE, representadas na ocasião por sua presidente, como o modelo que deveria ser seguido pelas demais: ou seja, a mulher que deveria ser *mãe, esposa e dona-de-casa*. Note-se que a própria reverência dos vereadores a Amélia Bastos funda-se, em essência, no fato de que somente após ter esgotado sua missão como mãe e avó é que ela passou a dedicar-se às atividades desenvolvidas pela CAMDE. Este episódio indica, portanto, com propriedade quais os atributos que a *mulher brasileira* deveria possuir, de acordo com os segmentos sociais que apoiaram o golpe civil-militar daquele ano.

Em 1965, mais uma vez, Amélia Bastos foi homenageada por *O Globo*.³⁰ Na ocasião, o jornal completava 40 anos de existência e, por isso, concedia o título de “notável” a 40 personalidades nacionais. A presidente da CAMDE estava entre os contemplados ao lado de políticos, como o então presidente marechal Castelo Branco, e de intelectuais, como Eugenio Gudín.³¹ O jornal apresentava, então, uma pequena biografia da presidente da CAMDE, na qual ela era descrita da seguinte maneira:

Professora primária jubilada, é Ministra da Ordem Terceira da Penitência, e já foi mestra de noviças da mesma Ordem. Segundo suas companheiras da CAMDE – é de impressionante equilíbrio nas decisões, muito modesta e muito firme em suas decisões, sabe que a mulher

²⁸ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Recorte de jornal. “Amélia Molina Bastos”. *O Globo*, 28/7/1965.

²⁹ “Homenagem a O GLOBO e à “Mãe do Ano” na Câmara Municipal de São Paulo”. *O Globo*, 22/06/1964.

³⁰ É importante mencionar as estreitas relações existentes entre o jornal *O Globo* e as mulheres da CAMDE. Citado inúmeras vezes nas entrevistas realizadas, *O Globo* é também uma das principais fontes para se conhecer melhor a trajetória da CAMDE, visto que deu ampla cobertura às manifestações organizadas pelo grupo. Além disso, é importante mencioná-lo como um dos periódicos que não apenas apoiou a intervenção militar em 1964 como também executou eficiente campanha de mobilização contra o governo Goulart.

³¹ Cf. *O Globo*, 28/07/1965; FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Recorte de jornal. “Amélia Molina Bastos”. *O Globo*, 28/7/1965.





Janaina Martins Cordeiro

GÊNERO

deve ter presença ativa na vida de uma nação. [...] Em pouco tempo, soube Amélia Molina Bastos despertar a consciência do povo para os perigos que o ameaçavam. Sem o seu trabalho e o seu esforço, poderiam a Nação e seu povo estar agora amargando rumos diferentes em nosso caminho. Os que amam a liberdade têm profunda gratidão por D. Amélia Molina Bastos, D. Amelinha.³²

Assim, as duas homenagens prestadas a Amélia Bastos pelo jornal *O Globo* permitem compreender como deveriam ser as mulheres na concepção dos setores que apoiaram o golpe civil-militar: mães e avós que, mesmo quando exerciam atividades remuneradas, estas poderiam ser consideradas tipicamente femininas, ligadas à vida religiosa, e que possuíam um comportamento calmo e *equilibrado* – pode-se dizer até submisso. Ao mesmo tempo, Amélia Bastos também era considerada um modelo porque atuou no sentido de salvar a nação, cumpriu seu papel como *mãe* e cidadã de *salvar* a todos do comunismo.

Para além de a atuação das militantes da CAMDE servir como exemplo para as demais mulheres, num determinado momento, para alguns setores que apoiaram o golpe, tornou-se importante enfatizar o protagonismo destas senhoras como forma de legitimar a intervenção civil-militar de 1964. Isso porque, apresentando-se como donas-de-casa, elas propunham salvar instituições importantes do mundo cristão, supostamente ameaçadas pelo comunismo. Assim, no panfleto “A Nação que se salvou a si mesma”, encontramos a seguinte descrição da atuação das mulheres em 1964:

É às mulheres do Brasil que cabe uma enorme parcela de crédito pela aniquilação da planejada conquista vermelha. Em escala sem paralelo na história da América Latina, donas-de-casa lançaram-se à luta aos milhares, fazendo mais para alertar o país para o perigo, do que outra força qualquer.³³

De acordo com o panfleto, o que faz da atuação destas mulheres exemplar para o resto da América Latina é justamente o fato de que elas eram parte de uma força latente, o último recurso utilizado quando os homens já haviam esgotado sua capacidade de luta. E, como moralmente – naquele contexto –, o argumento destas senhoras era difícil de ser refutado, já que diziam agir em nome da família, da religião e da democracia, também os militares que estavam à frente das articulações golpistas passaram a destacar o papel das mulheres como forma de legitimar sua intervenção no governo democraticamente eleito de João Goulart. Mourão Filho chegou mesmo a afirmar que ele, “como todos os homens que participaram da revolução, nada mais fez do que executar aquilo que as mulheres pregavam nas ruas para acabar com o comunismo” (apud SIMÕES, 1985, p. 107). Já Castelo Branco, no seu discurso

³² FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Recorte de jornal. “Amélia Molina Bastos”. *O Globo*, 28/7/1965.

³³ *Ibidem*, p. 18.





Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)

de posse, afirmou que “os cidadãos, dentre eles também em expressiva atitude as mulheres brasileiras [...] ergueram-se, num dos mais belos e unânimes impulsos de nossa história, contra a desvirtuação do regime” (apud FICO, 2004, p. 343).

Esta lógica da *crise de valores* explica também outra preocupação latente das militantes da CAMDE, qual seja, a educação *cívica e moral* da juventude brasileira. Tendo em vista que os jovens estavam em “processo de formação de seu caráter”, era importante que as associadas trabalhassem de forma a incutir na juventude o apego a determinados valores caros ao que elas chamavam de uma “democracia cristã”.³⁴

Em 1967, a CAMDE organizava no Rio de Janeiro o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia. O temário do Congresso demonstra bem quais as preocupações dessas mulheres com relação à juventude. Assim, o congresso propunha questões como “valores morais e espirituais da família”, “orientação e preparação para a cidadania na escola”, “o comportamento do estudante no mundo atual e a responsabilidade do intelectual na formação da juventude”, “o papel dos grupos femininos” com relação à juventude, entre outros temas.³⁵

No Congresso, que reunia grupos femininos de toda a América do Sul, o problema da educação *cívica* dos jovens era imperativo, visto que eles eram considerados o setor mais facilmente atingido pela propaganda comunista. Por isso, urgia que a juventude fosse educada segundo padrões morais que correspondessem às expectativas das mães da CAMDE.

Assim, além de ocupar espaço importante nas discussões propostas pelo Congresso, os jovens foram alvos de políticas especiais dentro da CAMDE, que possuía um “setor estudantil”, especialmente dedicado à *educação cívica* deste segmento social, sob responsabilidade de Eudoxia Ribeiro Dantas. Segundo ela, “travávamos uma luta árdua pela conquista de adeptos, pois este era um dos principais alvos dos comunistas” (DANTAS, 1998, p. 83). Assim, no dia 7 de setembro de 1964, a CAMDE divulgava um manifesto no qual afirmava:

Jovem! Em você está a semente da criação! Da renovação! [...] Cremos que esta juventude encontrará o caminho que só a autodisciplina, a verdade e o espírito cristão podem dar. Cremos que os jovens, plenos de vivência cívica e de entusiasmo pelo progresso do país, são capazes dos maiores sacrifícios para que o BRASIL rompa os grilhões da ignorância amplificando seus horizontes, numa civilização genuinamente brasileira.³⁶ (Grifos do autor)

³⁴ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Documento sem título da Campanha da Mulher pela Democracia – Núcleo Tijuca, 15/08/1964. Mimeo.

³⁵ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 46. Pasta 1. “Relatório”, p. 6.

³⁶ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38, Pasta 1. Documento mimeografado.





Antes mesmo disso, em agosto de 1964, no núcleo constituído no bairro carioca da Tijuca, as mulheres da CAMDE criaram o “Clube da Juventude”, o qual se ocupava basicamente da educação cívica e moral dos jovens. Deve-se ressaltar que por *educação cívica* as associadas entendiam “o fortalecimento da personalidade, o ajustamento social, a utilidade pública e a cultura construtiva como garantias da liberdade imprescindível à DEMOCRACIA CRISTÃ”,³⁷ sendo que a programação dos clubes incluía:

Educação religiosa e familiar; moralização dos programas de rádio e televisão, cinema e teatro; criação de centros recreativos e de cultura artística; centros de civismo e de cultura geral e especializada; saúde, educação física e desportos; interesse pelo aproveitamento da terra; instrução para pequenas indústrias caseiras; educação da previdência: – constituição de pecúlios e interesse pela casa própria.³⁸

Como podemos observar, a programação dos clubes, além de objetivar a reeducação da juventude de acordo com determinados princípios religiosos e morais, visava também à constituição de certa *ética do trabalho* capaz de incutir no espírito dos jovens o hábito de trabalhar e poupar, que os conduziria “à verdadeira felicidade e à maior de todas as liberdades que é a da existência dentro dos valores imperecíveis da sociedade cristã”.³⁹

Mais uma vez, é recorrendo ao seu lugar de *mães* que podemos entender tamanha preocupação por parte da CAMDE com a juventude brasileira. Embora se justificasse em grande parte em virtude da *ameaça comunista*, este fato apenas não explica a centralidade que as questões referentes à educação cívica dos jovens possuía na CAMDE. O meio operário também era ambiente propício à *infiltração comunista* – para ficar com o jargão da época. Não obstante também tivesse sido alvo das preocupações desta associação,⁴⁰ de forma alguma o movimento operário ocupou o mesmo espaço nos projetos de educação cívica e moral da população implementados pela CAMDE, se o compararmos ao movimento estudantil.

De certa forma, a ênfase nos trabalhos com estudantes não deixava de ser uma questão típica de setores da classe média e é esta preocupação de *mães* com a vida e a estrutura moral de seus *filhos* que levou as senhoras da CAMDE à perplexidade quando dos acontecimentos de 1968, fazendo-as saudar o AI-5 como um instru-

³⁷ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 4. Documento sem título da Campanha da Mulher pela Democracia – Núcleo Tijuca, 15/08/1964. Mimeo. Grifos do autor.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Sobre a atuação da CAMDE junto ao movimento operário, ver ação desenvolvida nos sindicatos dos estivadores. Cf. “A Nação que se salvou a si mesma”. Editora da Biblioteca do Exército, 1978. p. 20-1.



mento capaz de conter o que elas consideravam *atos de terrorismo*.⁴¹ Também são como mães que em março de 1968 as senhoras da CAMDE se surpreenderam com o que elas considerariam mais tarde “um excesso daquele ato revolucionário pelo qual trabalhamos”.⁴² Neste caso, elas se referiam ao assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto pela polícia em uma manifestação do movimento estudantil. Mas ainda que seja inadmissível o assassinato de um jovem estudante que elas consideravam que poderia ser um de seus filhos, em nota divulgada pela imprensa da época, as militantes da CAMDE, embora se posicionassem contra aquele “ato de violência cometido contra jovens desarmados”, reconheciam que “muitas vezes o entusiasmo e o ardor juvenil os levem a agir sob influências e interesses estranhos ao nosso país”.⁴³

Em 1969, quando o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrick, foi capturado por organizações da esquerda armada, a CAMDE divulgou uma nota na qual afirmava: “Os terroristas ultrapassaram, de muito longe, os limites da tradicional tolerância brasileira. Não podemos cruzar os braços quando tentam corromper o idealismo da juventude, utilizando-o para atos que abjuram os valores morais e espirituais de nosso povo”.⁴⁴

Preocupadas com os jovens da classe média, as mães da CAMDE, mesmo em nota de repúdio ao que elas consideravam “um ato de terrorismo”, referiam-se aos jovens militantes como meros instrumentos de uma “conspiração internacional”. Não consideravam, pois, a militância política à esquerda da juventude como uma opção própria. Antes, julgavam-nos como *inocentes úteis* manipulados e corrompidos por agentes “sem Pátria e sem Deus”.⁴⁵ Por isso acreditavam que era parte de seu papel de *mães* colaborarem para que os jovens fossem educados ou *re-educados* respeitando o que consideravam o “espírito cívico” nacional.

Mais uma vez, podemos perceber no discurso de setores conservadores da sociedade, como é o caso das mulheres da CAMDE, uma forte retórica sobre a *manipulação* de alguns setores da sociedade. Neste caso, elas enfatizavam que os jovens que militavam em grupos de esquerda eram manipulados pelo comunismo internacional. Assim justificavam a necessidade de mobilizar a opinião destes seg-

⁴¹ A expressão é utilizada no manifesto “Chamada à Razão”. In: FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1. Recorte de jornal. *Correio Popular*, 26/10/1968.

⁴² Entrevista concedida à autora por uma associada que solicitou anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006.

⁴³ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1. Recorte de jornal. “Aumenta repúdio à morte de estudante”. *Diário de São Paulo*, 02/04/1968.

⁴⁴ FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38, Pasta 1. Recorte de jornal. “CAMDE se une aos protestos contra ação terrorista”. Sem data e jornal especificados.

⁴⁵ *Ibidem*.





Janaina Martins Cordeiro

GENERO

mentos a favor de sua causa. É importante reter disso a idéia pela qual admite-se que determinados atores militavam a favor de certas demandas porque manipulados por uma ideologia ou instituição exterior aos mesmos. Esta idéia, apropriada tanto pela esquerda quanto pela direita, quando é da forma que convém a cada um, é problemática, pois desconsidera os projetos políticos de inúmeros segmentos sociais em favor de uma *lógica da manipulação* que pretende tudo explicar.

Abstract: This article deals with the militant political discourse and the Women's Campaign for Democracy (CAMDE), a female anti-Communist association, founded in Rio de Janeiro in 1962 and that militou for about a decade. Here, in particular, deal a fundamental aspect that organized the demonstrations of the group, which is the interpenetration between the public and private spheres. The fact that present themselves publicly as mothers, wives and housewife's, pointing to the defense of a particular model of femininity, is important to understand the kind of action taken by these women. In addition, it noted the militancy of CAMDE calling attention to the formation of a social consensus around the civil-military dictatorship that has your support.

Keywords: dictatorship; women; consensus.

(Recebido em setembro de 2007 e aprovado para publicação em janeiro de 2008.)

Referências

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise ; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v. 1: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. No prelo.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe -1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil: anos 1960-1980*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Niterói, v. 8, n. 2, p. 175-201, sem. 2008 **199**





DANTAS, Eudoxia Ribeiro. *Voltando no tempo*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. As crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção "O Brasil Republicano", v. 3)

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAES, Maria Lygia Quartim. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PERROT, M. Sair. In: FRAISSE, G; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Tradução de M H. da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Santa Catarina: Mulheres, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise ; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v. 1: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. No prelo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SESTINI, Pérola. *A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. 2008. Dissertação (Mestrado)-Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.





Janaina Martins Cordeiro

GÊNERO

SOIHET, Rachel. Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970/1980. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

THÉBAUD, Françoise. História das mulheres, história do gênero e feminismo: o exemplo da França. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e práticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004.



